

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE LAURENTINO (2009 - 2015)

Maiara Eloí da Silva¹

Márcia Fuchter²

Unidavi - unidavi@unidavi.edu.br

Desenvolvimento Regional e Agricultura Familiar

RESUMO

A agricultura familiar exibe importante papel no desenvolvimento de uma região, tanto por sua promoção de renda, quanto na geração de empregos. Este setor passou por importantes transformações, principalmente na década de 90, quando passou a ser reconhecida como categoria social, participando ativamente do Sistema Financeiro Nacional. A implantação de políticas públicas para este setor expressa papel fundamental para seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito ao apoio financeiro. Neste contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – em efetivação desde 2009, exibe importante auxílio para esta categoria, na qual define que ao menos 30% dos alimentos servidos na merenda escolar da rede pública precisam proceder da agricultura familiar. No município de Laurentino, quatro propriedades rurais participaram da entrega de gêneros alimentícios durante os seis anos de execução. O objetivo geral é analisar as contribuições do Programa (PNAE) no município de Laurentino, considerando a quantidade de produtores rurais e estabelecimentos públicos enquadrados no Programa, a percepção dos agricultores envolvidos quanto as contribuições do Programa, bem como a geração de recursos a partir de sua implantação. No campo metodológico a pesquisa enquadra-se como bibliográfica e documental. A pesquisa ainda se caracteriza como qualitativa e quantitativa. Para a análise e alcance dos objetivos utilizou-se pesquisa de campo, com a técnica de entrevista. Foram entrevistados quatro agricultores ligados à execução do Programa no município. Assim, percebem-se as significativas contribuições que o PNAE proporcionou aos agricultores, principalmente no aumento da renda e na ocupação da mão-de-obra familiar, desenvolvendo e viabilizando economicamente a propriedade rural.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Município de Laurentino.

¹ Graduanda na 8ª fase do Curso de Ciências Econômicas no Centro Universitário para o desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí- UNIDAVI. E-mail: mai.eloidasilva@unidavi.edu.br

² Orientadora Mestre, professora do Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. E-mail: marciafuchter@gmail.com

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem se tornado um assunto de destaque no cenário nacional, sua importância econômica e social tem sido a base para estudos científicos diversos e para formulação de políticas públicas para o fortalecimento do meio rural. Apesar de sua importância histórica iniciar somente após a década de 90, na qual o agricultor familiar passou a ser reconhecido como categoria social e a participar do Sistema Financeiro Nacional. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a agricultura familiar é responsável pela geração de 80% da ocupação da mão de obra rural e 40% da produção agrícola do país, além disso, cerca de 7 de cada 10 empregos no campo são gerados por essa categoria. Grande parte dos alimentos que hoje compõem a estrutura alimentar das famílias brasileiras é advinda da agricultura familiar.

A formulação de políticas públicas para o meio rural, especialmente para agricultura familiar tem se tornado um instrumento indispensável para promover o crescimento econômico e o bem estar social dos agricultores. A utilização de recursos é de suma importância para o desenvolvimento da propriedade familiar, auxilia no seu crescimento e na continuidade das famílias no meio rural. Porém, se torna cada vez mais perceptível a deficiência encontrada neste meio, principalmente aos empreendimentos rurais titulados de pequena propriedade.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – é uma política pública do governo federal reformulada e que entrou em vigência em junho de 2009, pela Lei nº 11.947. Esta política expõe finalidades tanto em caráter social, pois tente a contribuir para o desenvolvimento, o crescimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, além de incentivar hábitos alimentares saudáveis e nutricionais, e caráter econômico, para o desenvolvimento da agricultura familiar, na qual define que ao menos 30% dos alimentos servidos na merenda escolar da rede pública precisam proceder desta categoria (FNDE, 2016). O PNAE é conhecido mundialmente e intitulado como um dos maiores e mais abrangente programas de alimentação escolar já existente, com o princípio da universalização e gratuidade na oferta de refeições. O programa exhibe uma significativa relação entre a alimentação escolar e a agricultura familiar. Este tem resultado na qualificação diária da merenda escolar ao introduzir alimentos saudáveis e *in natura*, adquiridos diretamente do empreendimento agrícola (PEIXINHO, 2011).

Partindo da importância desta política pública, a presente pesquisa tem O objetivo geral é analisar as contribuições do Programa (PNAE) no município de Laurentino, considerando a quantidade de produtores rurais e estabelecimentos públicos enquadrados no Programa, a percepção dos agricultores envolvidos quanto as contribuições do Programa, bem como a geração de recursos a partir de sua implantação. No campo teórico, a pesquisa procura contribuir com o aprofundamento da discussão da temática. No campo prático a pesquisa auxiliará os órgãos de fomento a compreender o modo como o Programa vem sendo desenvolvido e na importância do mesmo como política pública para o desenvolvimento do município. Além disso, expor a realidade dos próprios agricultores participantes do PNAE quanto as contribuições socioeconômicas do mesmo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A seguir será abordado o referencial teórico no qual serão relatados o conceito e características da agricultura familiar e política pública, a importância desta para seu desenvolvimento, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE – que apresenta destaque como política pública agrícola, tanto por seu caráter social quanto econômico.

2.1 CONCEPÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar tem se tornado um tema cada vez mais discutido nos últimos tempos. Este setor tem grande importância tanto por sua geração de emprego quanto por seu cultivo de alimentos, ao qual auxilia na redução do êxodo rural e contribui para o crescimento da economia brasileira (GUILHOTO, 2008). No Brasil este tema só apresentou estudos profundos e científicos através de meios acadêmicos e políticos a partir da década de 90, com pesquisadores e autores como Abramovay, Veiga e Lamarche. Um dos principais motivos foi o ressurgimento de debates referente à Reforma Agrária, sendo este bastante discutido durante a década de 50 e voltando como destaque após a época militar. A maior relevância destes estudos está no reconhecimento da agricultura familiar como categoria social, bem como as particularidades da agricultura familiar brasileira distinta das outras formas de exploração de terra mundiais (SCHNEIDER, 2009). Para Arbage (2012) as discussões sobre a agricultura e seu desenvolvimento ganhou um rumo mais social entre meados da década de 1970 e

novamente em 1990. Esta discussão baseava-se sobre a relevância da agricultura de base familiar para o setor primário e a economia de forma geral.

A discussão deste tema ganhou relevância através da reivindicação dos trabalhadores rurais na obtenção de políticas públicas que auxiliassem o trabalho no campo. Até então não existiam nenhum tipo considerável de políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, apenas aquelas que privilegiavam os setores mais capitalizados. As organizações de trabalhadores rurais exigiam uma reforma quanto ao papel do governo para este setor, solicitava a implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural para o setor mais fragilizado, no caso, a agricultura familiar. Estes auxílios eram fornecidos apenas aos grandes produtores de commodities, com o objetivo de neutralizar a balança comercial do país. Este foi um marco para os agricultores, pois permitiu a eles o acesso a diversos serviços oferecidos pelo Sistema Financeiro Nacional, e a conquista de seu espaço como uma nova categoria social, a de agricultores familiares (MATTEI, 2005).

As definições de agricultura familiar apresentam em comum os métodos pelos quais são baseadas, levando em consideração a mão-de-obra utilizada, no tamanho da propriedade, nos procedimentos executados na propriedade rural, na geração de renda, e principalmente, o trabalho exercido na propriedade seja da base da própria família e os mesmos serem os proprietários dos meios de produção (TINOCO, 2008).

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 Art. 3º que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural atendendo aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais³;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Em um estudo realizado na região sul do Brasil, os autores Bittencourt e Bianchini (1996, apud TINOCO, 2008) definiram o agricultor familiar àquele que possui na agricultura sua principal fonte de renda, aproximadamente 80%, e sua produção utilize como base a força de trabalho desenvolvida por membros da família. A utilização de mão-de-obra de terceiros é

³ O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária que classifica as propriedades rurais em economicamente viáveis, através de uma área mínima estabelecida que varie de 5 a 110 hectares de acordo com o município e a região. A definição do módulo é estabelecida pelo tipo de exploração predominante do município, a renda obtida com esta exploração, outras explorações existentes e o conceito de propriedade familiar (EMPRAPA, 2012).

permitida desde que seja temporária e quando a atividade necessitar. Para a utilização permanente da força de trabalho de terceiros é necessário que esta não ultrapasse 25% da mão-de-obra total utilizada, assim, 75% ou mais deverá ser predominantemente familiar.

A agricultura familiar vem apresentando sistemas complexos de produção ao longo do tempo. Esta mudança passou a combinar várias culturas, a criação de animais e a transformações primárias, tanto para o mercado quanto para o próprio consumo. O estudo realizado por Buainaim e Romeiro (2000 apud TINOCO, 2008) sobre o sistema de produção da agricultura familiar brasileira apresenta quatro principais características:

“Diversificação”: este método resulta no menor risco para o produtor, quanto maior for a quantidade de culturas maior será a garantia de sua renda (BUAINAIM E ROMEIRO, 2000 apud TINOCO, 2008). A incerteza da produção agrícola é um problema de difícil controle, principalmente por estes fatores serem externos e praticamente impossíveis de prever. Assim, a oferta dos produtos agrícolas é definida por sua instabilidade e risco (ARGABE, 2012).

“Estratégia de Investimentos Progressivos”: para os agricultores familiares as estratégias para o aumento da produtividade e “acumulação” são baseadas em pequenos volumes de capital acumulados de forma progressiva. Como por exemplo, as cabeças de gado acumulados com o passar dos anos, equipamentos de irrigação adquiridos de forma progressiva, a aquisição de máquinas e implementos usados, entre outros.

“Combinação de Subsistemas Intensivos e Extensivos”: a alocação de sistemas intensivos em trabalho e terra, com atividades mais extensivas. Quanto maior a disponibilidade de área, maior a participação de sistemas extensivos (cana, pecuária de corte, citricultura). Ao contrário, quanto menor a disponibilidade de área, maior a importância relativa dos cultivos altamente exigentes em mão-de-obra e altamente intensivos no uso do solo (horticultura irrigada e fruticultura).

“Grande Capacidade de Adaptação”: a capacidade de adaptação a ambientes em constante transformação é uma característica significativa do produtor agrícola familiar, seja por mudanças econômicas, crise de produtos tradicionais ou a exigências de novos mercados.

A “pluriatividade” é outra característica presente na agricultura familiar e que vem crescendo de forma significativa. Esta exibe funções multidimensionais, a qual se pratica a agricultura e outras atividades consideradas não agrícolas, sendo ou não no ambiente da propriedade rural, que auxiliam principalmente no crescimento da geração de renda e consequentemente na melhor qualidade de vida de seus membros.

O novo segmento de agricultura familiar apresenta-se dinâmico, onde o agricultor tem capacidade de integrar-se aos sistemas de crédito, tem acesso à inovação tecnológica e entra

com relevância no mercado competitivo. Para o autor este dinamismo tem base em três fatores básicos: a base material para a produção, como a extensão e fertilidade dos solos; a formação dos agricultores, que vem sendo cada vez mais de extrema necessidade; e o ambiente socioeconômico que atuam, tendo acesso às diversidades e a competitividade do mercado (ABRAMOVAY, 1997).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E A AGRICULTURA FAMILIAR

São encontrados diversos estudos relacionados ao conceito de política pública, no que se refere a sua abrangência e importância para o meio econômico, político e social. O conceito mais conhecido é o relacionado às questões como: quem ganha o quê? Por quê? E que diferença faz? de Laswell. Para Peters (1986, apud SOUZA, 2006) sua definição acarreta na soma das atividades governamentais que influenciam direta ou indiretamente a vida dos cidadãos. Segundo Lynn (1980, apud SOUZA, 2006) a compreensão de política pública está ligada às ações do governo que resultarão em efeitos específicos para a sociedade. Seu objetivo é a solução pacífica de conflitos existentes na sociedade como um todo, assim é o conjunto de procedimentos formais ou informais que amenizam ou solucionam os conflitos sociais (RUA, 2005 apud JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

As definições de política pública exibem uma visão geral, suas concepções relatam a ideia na qual o todo possui maior importância do que as partes distintas. Neste contexto, sua abrangência entre os governos e as áreas econômica, política e social apresentam uma inter-relação significativa entre si. Para Souza (2006) a política pública é o campo do conhecimento que tem a função de “colocar o governo em ação” e analisar essa “ação”, ao mesmo tempo, além de promover mudanças ao longo de sua construção. O Governo utiliza as políticas públicas como forma de desenvolvimento, também atuante no setor da agricultura familiar, onde seu papel fundamental está na busca da ampliação de incentivos, que permitem aos produtores agregarem valor a seus produtos e aumentarem sua renda (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

A agricultura familiar é extremamente dependente de muitas políticas públicas para o seu desenvolvimento. Para Schneider (2006) a agricultura familiar necessita de políticas diferenciadas e específicas para as diferentes regiões brasileiras, promovendo juros menores e apoio institucional. Desta forma, o governo dispõe subsídios aos distintos setores da sociedade, tendo por finalidade promover o crescimento econômico e o bem estar social.

Porém estes subsídios se apresentam de forma generalizada e muitas vezes não atendem o real problema de determinadas regiões. A insegurança de alguns fatores que prejudicam o processo da produção agrícola, como o clima, faltas de créditos, pragas e doenças, mão-de-obra, consultorias especializadas (agrônomos, técnicos agrícolas, etc.) que possam afetar a quantidade física planejada, é um dos principais motivos que levam os produtores rurais a busca de subsídios, devido à incerteza da renda (SILVA, 2012).

2.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

A discussão de problemas relacionados à pobreza e a alimentação adequada e básica perduram por longos anos no Brasil. Nas décadas de 40 e 50 debates referentes à preocupação nutricional e alimentar da população já eram levantados por entidades governamentais e manifestações sociais. Neste período, iniciaram-se as discussões referentes os problemas alimentares e nutricionais existentes no Brasil através do meio educacional. Neste contexto, desenvolveu-se um amplo Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar, que passou a debater e criar medidas para amenizar este problema (FNDE, 2016). As medidas intervencionistas na alimentação escolar oficialmente foram implantados através da introdução de políticas públicas que fornecessem suplementação alimentar as entidades públicas de educação pré-escolar e elementar (PEIXINHO, 2011). No ano de 1955 criou-se o decreto nº 37.106, que deu início às finalidades da Campanha da Merenda Escolar. No ano seguinte passou a se chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), e a partir de 1979 passou a ser conhecido e reformulado pelo nome atual Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. O Art 2º deste decreto apresenta os objetivos da campanha:

Art. 2º Cabe à Campanha de Merenda Escolar, dando cumprimento ao que dispõe o item 3º, alínea b, do art. 2º do Regimento aprovado pelo Decreto nº 34.078, de 6 de outubro de 1953:

- a) incentivar, por todos os meios a seu alcance, os empreendimentos públicos ou particulares que se destinam proporcionar ou facilitar a alimentação do escolar, dando-lhe assistência técnica e financeira;
- b) estudar e adotar providências destinadas à melhoria do valor nutritivo da merenda escolar e ao barateamento dos produtos alimentares, destinados a seu preparo;
- c) promover medidas para aquisição desses produtos nas fontes produtoras ou mediante convênios com entidades internacionais, inclusive obter facilidades cambiais e de transportes, para sua cessão a preços mais acessíveis (BRASIL, 1955).

O PNAE é conhecido mundialmente e intitulado como um dos maiores e mais abrangente programas de alimentação escolar já existente, com o princípio da universalização e gratuidade na oferta de refeições, além de seu caráter social e econômico na geração de renda e promoção da agricultura de base familiar (PEIXINHO, 2011). Uma importante mudança ao programa ocorreu em 2009 que promoveu novos avanços e extensão a toda a rede pública de educação básica, consolidando que o repasse de no mínimo 30% da aquisição de alimentos seja investido em produtos da agricultura familiar (FNDE, 2016). A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 exhibe os dispositivos sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, bem como todas as diretrizes, regulamentações e a coordenação da alimentação escolar pública através do PNAE:

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Art. 5º Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas as disposições desta Lei.

[...]

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Os recursos financeiros oferecidos pelo programa provêm do Tesouro Nacional e estão assegurados no Orçamento da União. O FNDE é a autarquia responsável pela transferência destes recursos às entidades executoras, sendo estas as Secretarias de Educação dos estados, Distrito Federal e municípios, por meio de uma conta corrente específica. As entidades têm a responsabilidade pela execução do PNAE, através da utilização dos recursos recebidos e em garantir a oferta da alimentação. O valor repassado para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino. Assim, atualmente temos:

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-escola: R\$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30

- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno: R\$ 0,50

A transferência é realizada pelo pagamento em dez parcelas mensais que correspondem aos 200 dias letivos, sendo cada parcela proporcional há 20 dias. A base de cálculo utilizada é: Total do Recurso = Número de alunos x Número de dias x Valor per capita (FNDE, 2016). O PNAE foi criado com o objetivo de garantir as necessidades alimentares aos alunos da rede de ensino pública durante os 200 dias letivos, com o intuito de promover o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis e nutricionais. Este acesso à alimentação representa a muitos estudantes a única refeição do dia, da forma de que muitas residências familiares não possuem o mínimo nutricional na alimentação básica, tanto em questões de qualidade quanto em quantidade, a seus membros. Desta forma, o ato de comer na escola enfatiza maior representatividade a questões sociais (OLIVEIRA, 2013).

Segundo Müller (2007) o avanço nas discussões referente à segurança alimentar e incentivo à agricultura familiar amadureceu significativamente apenas entre os anos de 1993 a 2003 perante discussões de políticas agrícolas. Os fundamentos do Programa Fome Zero apresentava ideias na qual os direitos da sociedade superava seu caráter de assistencialismo. Desta forma, a implantação de política de caráter múltiplo, ao qual atendesse as necessidades de segurança alimentar e ao mesmo tempo promove-se o fortalecimento da reforma agrária e da agricultura familiar auxiliou no processo de concepção de políticas públicas para este meio.

O PNAE exibe uma significativa relação entre a alimentação escolar e a agricultura familiar. Este tem resultado na qualificação diária da merenda escolar ao introduzir alimentos saudáveis e in natura, adquiridos diretamente do empreendimento agrícola de base familiar. O procedimento deste programa facilita este acesso através de Chamadas Públicas, retirando a necessidade do processo licitatório. O programa leva em consideração os dispositivos que tratam da introdução da alimentação adequada e variada, respeitando todas as normas de higiene, além da tradição cultural dos hábitos alimentares locais. Além disso, tem a finalidade de promover a agricultura familiar da região pelo desenvolvimento sustentável com o incentivo à diversificação da produção alimentícia e sazonal (FNDE, 2016).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAURENTINO

O município de Laurentino está situado no interior de Santa Catarina a aproximadamente 201 km da capital Florianópolis. Localiza-se na mesorregião do Alto Vale do Itajaí, e na microrregião de Rio do Sul. A cidade situa-se ao centro da região, faz divisa ao norte com o município de Presidente Getúlio, ao leste com Rio do Sul, ao Sul com Agrônômica e Trombudo Central e a oeste com o município de Rio do Oeste. Exibe uma área de 79,585 km² e uma população de 6.004 habitantes no ano de 2010, com estimativa para 6.694 habitantes em 2016. Desta área 71.845.103 m² é zona rural e 7.660.897 m² zona urbana, já para a população 4.374 residem no meio urbano e 1.630 no meio rural (IBGE CIDADES, 2016).

A região era povoada por grupos indígenas da tribo Xokleng. No início do Século XX foi desbravada, mas sua colonização começou efetivamente com a chegada de imigrantes alemães e italianos anos mais tarde. Em 10 de novembro de 1908, iniciou a colonização do município com a chegada do primeiro morador João Wenceslau Pereira, um açoriano que foi considerado fundador de Laurentino. A denominação de Laurentino é oriunda do sobrenome do senhor Manoel Laurentino de Andrade, um dos primeiros desbravadores da região, indivíduo que tinha a habilidade em construir poços. Por volta do ano de 1914 ocorreu à chegada da massa colonizadora, foram descendentes de imigrantes italianos trentinos vindos de Rio dos Cedros, Nova Trento, Brusque, Gaspar e Rodeio, que formam hoje a grande maioria da população. Em 12 de junho de 1962 a região foi desmembrada do município de Rio do Sul pela lei estadual nº830, sendo reconhecida como um município e passando a ser chamada pelo nome atual (AMAVI, 2001).

O Produto Interno Bruto do município no ano de 2014 é de R\$160.067 (mil), segundo dados do IBGE Cidades, 2016. O setor que mais se destaca é o de serviços com R\$86.054 (mil), seguido do setor industrial com R\$56.720 (mil) e do agropecuário de R\$17.293 (mil). O município possui cerca de 525 estabelecimentos rurais, estes caracterizados pela agricultura familiar, possuindo em média 5 a 6 hectares por propriedade. Da área total do município 71.845.103 m² são pertencentes à zona rural, destes 650 hectares estão destinadas para a produção de fumo, 1.000 hectares para milho e aproximadamente 300 hectares para produção de plantas ornamentais, as áreas destinadas a pastagens naturais e plantadas somam em média 1.000 hectares. Além destas culturas, destaca-se a produção de pecuária com cerca de 70

produtores, no qual geram uma produção diária de 10 mil litros de leite. Algumas destas propriedades se caracterizam também pelo processo de industrialização de suas mercadorias, principalmente a de leite com os derivados de nata, queijo, ricota, entre outros. A comercialização de gado também é característica nesta região, principalmente a da raça Jersey (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURENTINO, 2016).

4 O PNAE NO MUNICÍPIO DE LAURENTINO

Para o desenvolvimento da pesquisa em relação às contribuições do PNAE no município de Laurentino se empregou a metodologia bibliográfica de fonte secundária, assim as informações descritas no decorrer da revisão da literatura foram retiradas de materiais já publicados, como livros e periódicos para melhor compreensão em relação ao tema proposto. A pesquisa documental de fontes primárias é apresentada na utilização de matérias e conceitos retirados de sites considerados oficiais como o da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vale destacar também a utilização de leis e decretos para a exposição de conceitos e informações relevantes.

A Pesquisa de Campo é exposta através do contato direto aos agricultores participantes do PNAE no município de Laurentino e aos profissionais do setor público que trabalham diretamente neste processo, com o intuito de conhecer todo o processo logístico e a qualidade deste programa de forma prática e pela elaboração de um questionário. Para o desenvolvimento do objetivo deste trabalho enquadram-se as abordagens exploratória e descritiva para conhecimento de todo o processo do PNAE e assim avaliar quais foram seus potenciais para o desenvolvimento da agricultura no município.

Os métodos utilizados ao longo da pesquisa foram à qualitativa e a quantitativa. Neste contexto, descreve-se a importância das ações referentes ao tema abordado, principalmente na execução do Programa, destacando seu caráter social e econômico como papel fundamental de sua criação. A pesquisa quantitativa se faz presente na utilização de dados estatísticos que analisam e identificam o desenvolvimento do PNAE no município de Laurentino.

As atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar iniciaram-se no município de Laurentino em junho de 2009, conforme estipulado em Lei. Desta forma, todas as prefeituras e conseqüentemente as Secretarias de Educação obrigatoriamente precisaram se adequar a esta nova resolução e implantá-la nas creches e escolas municipais, conforme descreve a nutricionista responsável pela merenda escolar do município.

A divulgação para participação dos agricultores no programa ocorreu através dos Técnicos da Epagri, ao qual a empresa os anunciou e realizou reuniões de preparação e assim repassaram as informações para os agricultores de base familiar que possuíam estrutura e interesse, e se encaixavam nas normas estipuladas pela Programa, a aderirem a este novo mercado e meio de renda. Neste contexto, realizou-se inicialmente uma reunião informativa, para explanação do programa, esclarecimento de dúvidas e de como viria a ser executada a logística do mesmo no município, além disso, quais produtos poderiam ser comercializados neste primeiro momento (TÉCNICO EPAGRI, 2016).

Inicialmente aderiram ao PNAE 4 (quatro) agricultores que trabalhavam com a plantação de hortaliças, porém um resolveu se retirar logo nos primeiros meses de implantação. No ano posterior mais um agricultor resolver sair, desta forma, permanecendo em 2 (dois) agricultores atuantes. No segundo semestre de 2016 ocorreu a introdução de mais um agricultor, este no ramo de frutas, desta forma atualmente 3 (três) agricultores operam pelas diretrizes do PNAE no município. Antes da chamada pública é realizada uma reunião com a nutricionista, setores da agricultura (extensão rural), juntamente com os agricultores para debater possíveis produtos a serem comercializados, com o intuito de promover a diversificação das produções e a aquisição de alimentos diferenciados para a alimentação escolar. São realizadas anualmente duas chamadas públicas, ao qual são estabelecidos os produtos e preços a serem adquiridos posteriormente e sua demanda. Assim, os agricultores interessados realizam seu cadastro junto da Secretaria da Educação (COORDENADORA REGIONAL DA EPAGRI, 2016).

Em Laurentino são atendidas três creches e uma escola municipal. Destas, duas creches e a escola estão localizadas próximo ao centro do município e outra creche na SC 350 que dá acesso a BR 470 e ao município de Rio do Sul. Os produtos são entregues pelos agricultores diretamente nas entidades de acordo com a quantidade demandada por elas, ao qual variam pelo número de alunos matriculados. As entregas ocorrem semanalmente e de acordo com a sazonalidade e especificidades dos produtos.

A Tabela 1 apresenta os repasses financeiros efetuados pelo FNDE ao município de Laurentino pelo PNAE anualmente desde sua implantação. Neste demonstrativo está descrito o saldo proveniente do exercício anterior, o rendimento ocasionado de aplicações financeiras, o recurso efetivamente repasso no ano pelo FNDE através do programa, o valor total efetivamente gasto com a compra de gêneros alimentícios para a merenda escolar, o saldo resultante da diferença do valor recebido com o gasto cujo qual entra como saldo para o

próximo ano, o valor gasto com a aquisição de gêneros alimentícios vindos da agricultura familiar e seu percentual de acordo com o valor total repassado pelo FNDE.

Tabela 1 - Demonstrativo Financeiro Gerado pelo PNAE no Período de 2010 a 2015

| Período | Saldo Exercício Anterior | Rendimento de Aplicações Financeiras | Recursos Transferidos pelo FNDE | Recursos Gastos com a Aquisição de Gên. Alim. | Saldo Apurado no Exercício | Recurso Gasto com a Agric. Fam. | Percentual Gasto com a Agric. Fam. |
|----------------|---------------------------------|---|--|--|-----------------------------------|--|---|
| 2010 | 5.187,87 | 158,83 | 36.066,70 | 30.720,00 | - | 4.899,20 | 13,58% |
| 2011 | - | 225,16 | 35.385,16 | 31.568,96 | 3.591,04 | 17.971,07 | 56,52% |
| 2012 | 3.591,04 | 216,57 | 55.959,61 | 54.811,82 | 1.147,79 | 20.377,18 | 37,18% |
| 2013 | 1.147,79 | 241,89 | 68.329,68 | 68.329,68 | - | 28.329,92 | 41,46% |
| 2014 | - | 645,11 | 88.805,11 | 79.941,04 | 8.864,07 | 32.435,26 | 40,57% |
| 2015 | 8.864,07 | 1.400,69 | 92.038,76 | 84.343,08 | 7.695,68 | 41.374,00 | 44,95% |
| Total | 18.790,77 | 2.888,25 | 376.585,02 | 349.714,58 | 21.298,58 | 145.386,63 | 40,92% |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios da Secretaria de Educação, 2016.

Neste contexto conforme os dados da Tabela 1 os valores repassado pelo FNDE ao município cresceram significativamente, por exemplo, no ano de implantação seu repasse foi de R\$36.066,70, em seis anos de execução passou para R\$92.038,76, resultantes principalmente pelo crescimento no número de alunos matriculados na rede de ensino municipal. Este crescimento monetário exibe uma variação positiva de 155,19%. No segundo ano deste repasse este quesito sofreu queda passando para R\$35.385,16, já para os anos subsequentes apresenta crescimento considerável em todos os períodos, totalizando neste período de execução R\$376.585,02.

Para os valores efetivamente gastos com a aquisição e gêneros alimentícios, em todos os anos é verificado crescimento. No segundo ano este crescimento não exibiu relevância ficando em R\$31.568,96, cujo ano de 2010 foi de R\$30.720,00, porém nos anos posteriores apresenta variações positivas significativas, em 2012 foi de R\$54.811,82 e no último período analisado foi de R\$84.343,08. A variação monetária exposta do primeiro para o último ano analisado é de 174,55%. O valor efetivo total gasto pelo PNAE nestes 6 (seis) anos de execução foram de R\$349.714,58.

Os recursos gastos com a aquisição de gêneros alimentícios vindo da agricultura familiar exibem expressivo crescimento em todos os anos de execução. No primeiro ano o valor gasto neste quesito foi de R\$4.899,20, ficando com um percentual de 13,58% sobre o total de recursos transferidos pelo FNDE. Neste ano (2010) este recurso foi aprovado com

ressalva, pois o município não atingiu a porcentagem mínima estipulada pelo programa, sendo esta de 30% para a aquisição de gêneros alimentícios advindo da agricultura de base familiar, por estar em fase de inicialização e em função deste processo de implantação o município ainda se encontrava em fase de aprimoramento. Já para o ano seguinte (2011) o município alcançou a porcentagem estabelecida, sendo assim, exibindo uma porcentagem de 56,52% do valor total transferido para a aquisição de produtos da agricultura familiar, sendo este em valor monetário de R\$17.971,07, vale ressaltar que é descontado do total de recursos transferidos pelo FNDE o saldo apurado no exercício para estipular esta porcentagem. No ano de 2015 para este quesito o valor gasto foi de R\$41.374,00, atingindo a porcentagem de 44,95%. De acordo com o relatório da Secretária da Educação neste ano (2015) não foi descontado o saldo apurado no exercício, caso mantivesse o método de cálculo utilizado nos anos anteriores esta porcentagem ficaria em 49,05%. O total de recursos repassados para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar nestes 6 (seis) anos de execução do PNAE no município foi de R\$145.386,63, ao manter o método de cálculo de porcentagem gasto com a agricultura familiar em seu total esta ficaria em 40,92%. A variação percentual do ano de implantação para o último ano analisado exibe um crescimento de 744,51% e a média da porcentagem dos recursos gastos com aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar é de 39,05%.

Com a participação no PNAE 100% dos agricultores do município de Laurentino identificaram aumento da renda, conforme Tabela 2. Apesar de ambos os entrevistados terem outros mercados para seus produtos, identificaram este como uma oportunidade como relata o Agricultor 4 “[...] - era um meio de renda, assim pra gente. Era um oportunidade boa, a gente começar, uma renda a mais [...]”. Além disso, um dos agricultores relatou que resolveu participar do programa pelo fato de poder utilizar este meio como forma de divulgação para outros mercados. Já quando questionados se houve estabilidade da renda 75% dos agricultores relataram que sim. O Agricultor 2 expõe que por ser realizado entregas em outros tipos de mercados, o PNAE auxilia porém não apresenta mudanças significativas quando relacionado a isto. No que diz respeito à agregação de valor a produção 75% dos agricultores informaram que sim, principalmente pelo fato do programa trabalhar com Chamada Pública, desta forma antes de iniciar o processo de plantação dos gêneros alimentícios eles já sabem a que preço vão comercializá-los e qual demanda para cada determinado produto.

No que se refere à diversificação da produção (Tabela 2) metade dos entrevistados verificaram a iniciativa de comercializar novas variedades após entrarem no programa, principalmente pelo fato de antes de realizar a Chamada Pública ser realizado reuniões com os

agricultores atuantes e lhes apresentar os demais produtos aos qual a nutricionista teria interesse em introduzir na merenda escolar. Para o Agricultor 3 esta diversificação não ocorreu em sua propriedade pois este já trabalhava com um número bem amplo de variedades, este apenas identificou o crescimento da demanda de suas mercadorias, ou seja, a necessidade de aumentar a produção.

Tabela 2 - Impactos Socioeconômicos na Perspectiva dos Agricultores

| Impactos Socioeconômicos | Sim | Não | % Sim | % Não |
|--|------------|------------|--------------|--------------|
| Verificou aumento da renda | 4 | 0 | 100% | 0% |
| Verificou maior estabilidade da renda | 3 | 1 | 75% | 25% |
| Verificou agregação de valor a produção | 3 | 1 | 75% | 25% |
| Verificou maior capacidade de administração da propriedade | 2 | 2 | 50% | 50% |
| Verificou maior controle dos gastos | 3 | 1 | 75% | 25% |
| Verificou diversificação da produção | 2 | 2 | 50% | 50% |
| Verificou diferencial de produção dos agricultores não participantes | 3 | 1 | 75% | 25% |
| Verificou aproveitamento do excedente | 2 | 2 | 50% | 50% |
| Verificou ampliação dos canais de comercialização | 2 | 2 | 50% | 50% |
| Verificou ocupação da mão-de-obra familiar | 4 | 0 | 100% | 0% |
| Verificou a geração de novos postos de trabalho | 0 | 4 | 0% | 100% |
| Verificou a realização de investimento na propriedade e na produção | 3 | 1 | 75% | 25% |
| Verificou a realização de reuniões para a discussão de oportunidade e ameaças | 4 | 0 | 100% | 0% |
| Verificou a fixação do homem no campo | 4 | 0 | 100% | 0% |

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas, 2016.

Quando questionados pela ampliação nos canais de comercialização metade dos agricultores informaram que perceberam sim este aumento, já a outra metade não percebeu este crescimento principalmente por tratar-se do ramo de hortaliças, na qual já se faz necessário e de suma importância introduzir-se em um número amplo de mercados. Para um dos agricultores entrevistados seu principal objetivo esta no crescimento do novo ramo ao qual está se introduzindo e desta forma finalizar ou pelo menos amenizar a plantação de fumo na propriedade, que no momento é o principal meio de renda do empreendimento. Neste contexto, este percebe o PNAE como uma oportunidade de crescimento além do programa. Referente ao aproveitamento do excedente 50% dos agricultores não verificaram este quesito na propriedade, já os demais perceberam o aproveitamento dos produtos que antes acabavam sobrando e sendo descartados, sobretudo por trata-se de produtos perecíveis:

[...] - Como é pra creche assim, as escolas, ela não é tão exigente como um mercado né. As vez um produto que tá bom para ser consumido, mas as vezes tá com alguma

imperfeição que no mercado não aceita, como acontece nos restaurantes também. Tem maior aproveitamento (AGRICULTOR 3).

Em relação à ocupação da mão-de-obra familiar 100% dos agricultores identificaram que a propriedade utilizou toda a mão-de-obra da família. Já quando questionados pela geração de novos postos de trabalho nenhuma propriedade constatou o uso de mão-de-obra de terceiros em qualquer etapa do processo de produção. Por tratar-se de demandas não muito significativas e desta forma não proporcionar aumentos expressivos nas produções, todas as propriedades conseguiram se organizar para atender este mercado sem a necessidade de contratação de funcionários. No que se refere à fixação do homem no campo 100% dos agricultores acreditam que este meio de política pública implica positivamente na permanência das famílias no campo, como destaca o Agricultor 1 por ser esta mais uma forma de renda e oportunidade de ampliação do empreendimento rural. Para o Agricultor 3 “[...] - Laurentino é um caso, assim, de menor compra, mas Rio do Sul já compra muito. Então lá eu acho que eles tem que tá sempre procurando novas pessoas para fortalecer. Aquilo ali é uma forma de fixar o homem no campo.”

Sobre a realização de investimento na propriedade e na produção 75% dos agricultores relatam que sim. Para o Agricultor 1 este investimento ocorreu no aumento da sua produção. Já para o Agricultor 3 este ocorreu na fertilidade do solo para manter a produção, além disso, para que possa estar proporcionando alimentos com maior nível de qualidade a seus clientes. O Agricultor 4 relata que seu investimento ocorreu na irrigação da produção. Vale ressaltar que todos os agricultores destacam que estes investimentos não ocorreram exclusivamente por sua participação no PNAE, mas sim pelo crescimento da demanda da produção de uma forma geral.

Com a participação no PNAE 100% dos agricultores verificaram a realização de reuniões para a discussão de oportunidades e ameaças. Os agricultores destacam que estas reuniões não são exclusivamente direcionadas aos participantes do PNAE, ressalvo a de antecedência das Chamadas Públicas, mas sim de um modo geral, pois passaram a participar com mais frequência, principalmente com o intuito de melhoramento na qualidade da produção e de métodos tecnológicos mais eficazes. O Agricultor 3 informa que no processo de implantação do programa no município as reuniões exclusivas aconteciam com mais frequência, sobretudo na montagem do projeto, quais agricultores possuíam determinados produtos e a troca de informações. Além disso, declara o quanto foi interessante participar deste processo de inicialização.

Para a capacidade de administração da propriedade 50% dos agricultores perceberam que a participação no programa auxiliou positivamente neste quesito. Os demais agricultores relatam que não perceberam diferença, para o Agricultor 2 a propriedade não é acostumada a executar qualquer método de administração “[...] - Controle a gente não tem por que verdura é assim as vezes tem preço, as vezes não tem. As vezes tu vende barato as vezes mais caro. Então a gente não tem assim um controle assim, a gente não faz aquele controle.” No que se refere ao controle de gasto 75% afirmaram ter maior controle dos gastos com o programa. O Agricultor 1 mencionou utilizar o método de planilhas, ao qual sempre fez questão de utilizar para mensurar o custo da produção. O Agricultor 3 relata a importância de utilizar este controle “[...] - Esse tem que ter... é o mínimo. Nos aprendemos um pouquinho, não é tudo como o PER⁴ (Programa Empreendedor Rural) pede, mas a gente faz. Tem que ter. É preciso!”. Ao serem questionados sobre o diferencial de produção em relação aos agricultores não participantes do programa 75% dos agricultores afirmaram perceber distinção. Para os agricultores mais otimistas este diferencial se mostra presente na diversificação, na sazonalidade e na compra antecipada da produção: “[...] - Depende muito do mercado de cada um né. Que nem pra mim é interessante por ser um produto de prazo curto, daí pra mim vai ajudar bastante, mas pra quem tem um mercado direto no caso não muda muito” (AGRICULTOR 1).

[...] - Eu acho que é essa parte da diversificação mesmo, que é bem importante pra quem trabalha com hortaliça. Não só quantidade mas bem diversificado. E como eu disse, temos o contrato de seis meses, e tu tem que honrar com o contrato, então tu vai ser forçado a manter aquela diversificação. Ahh vai da preço no repolho vou parar de plantar outras coisas e vou plantar só repolho... não vou fazer isso por que eu já tenho o PNAE ali pra atender (AGRICULTOR 3).

Para o Agricultor 2 a participação no programa não exibiu diferenciação “[...] - Não, não. Pra nos ficou igual. Por que a gente já trabalhava com isso, quem não trabalha de certo muda, mas nos já trabalhava com fruta e verdura então ficou no mesmo”.

Ao abordar os agricultores sobre alguma complementação ao qual gostaria de expor além das perguntas realizadas, estes relataram a importância do mesmo para a agricultura familiar, conforme expõe o Agricultor 1 “[...] - Acho interessante por que é uma forma que valorizou o produtor local. Em vez de pegar de atravessadores, eles vieram procurar produção

⁴ O PER é um programa desenvolvido pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) ao qual aborda a gestão do empreendimento rural através da formação de liderança, métodos de calcular os custos de produção e a elaboração de projetos a ser executada na propriedade, antecipando, desta forma, a viabilidade econômica do mesmo.

local no próprio município e eu acho isso interessante”, e o agricultor 4 “[...] - Eu gostei do programa, até passei pra outros produtores por que eles tinha mais tempo, mas é uma oportunidade boa. Era uma renda que vem todo mês garantida”.

[...] - O programa é de muito valia, não só para o agricultor, mas pra próprias unidades, pra própria educação, na alimentação das crianças. Acho isso tem que ser bastante incentivado e nunca deixar ocorrer retrocesso nesta área aí. É uma forma de incentivar a agricultura e ainda beneficiando a comunidade escolar (AGRICULTOR 3).

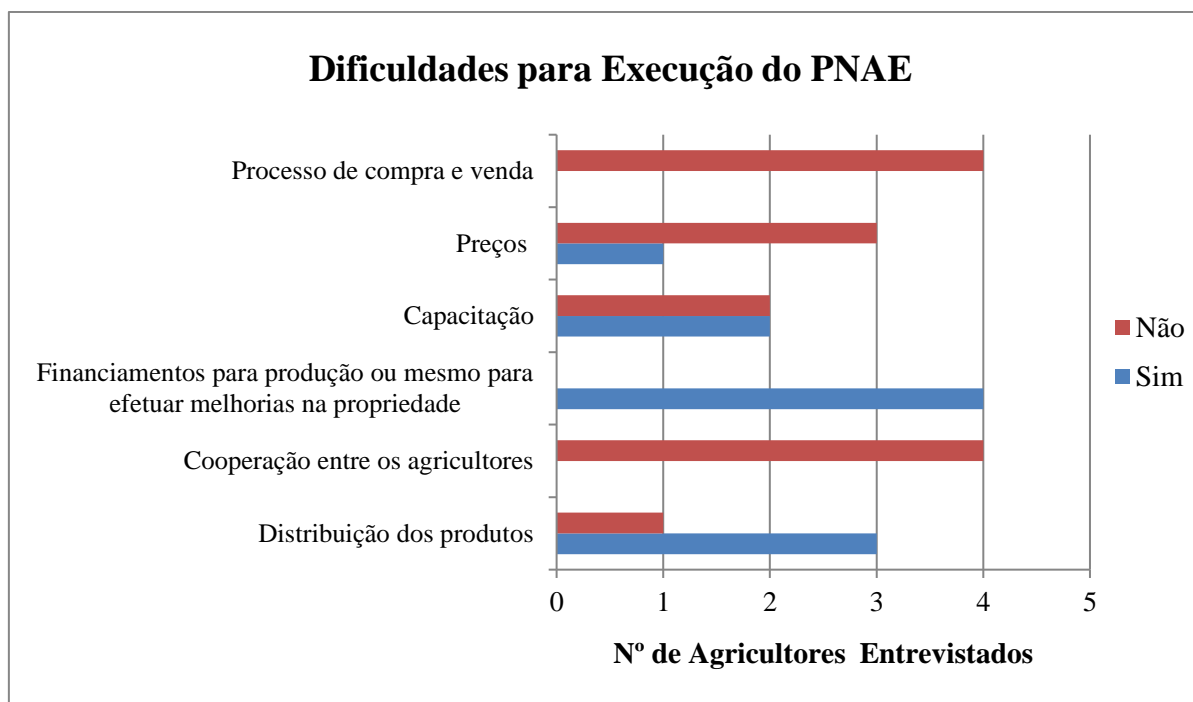
Para execução do PNAE no município de Laurentino, foram questionadas algumas áreas aos agricultores que poderiam demonstrar alguma dificuldade em seu ponto de vista, apresentado no Gráfico 1. Neste contexto, 75% dos agricultores afirmaram encontrar dificuldades quanto o processo de distribuição dos produtos, estes destacam principalmente o fato de a entrega ocorrer em cada entidade e estas estarem localizadas em pontos distantes uma das outras, conforme relata o Agricultor 4 “[...] - Em relação a distribuição, eu sai do programa por que era complicado pra mim. Era tudo meio atrapalhado, que era longe para eu levar. Era muito, assim, longe. Tinha umas que era pouca entrega aí as vezes nem compensava sair aqui da roça”.

[...] - Aqui em Laurentino sim, tipo quando a gente começou era em 4 entregando e pelo fato... era distribuído em 4 já dava pouca quantidade para cada um e cada um ter que levar na unidade também dificultou bastante. Como a gente já tava entregando, nois já tinha essa logística de entrega daí a gente manteve tranquilo. Mas eu vi que teve dificuldades para outras pessoas sim. Se tivesse um centro de recebimento pra depois a prefeitura distribuir era mais interessante, acho que daí atraia mais pessoas. Por que as vezes eu vou pra Rio do Sul passo na frente da unidade do Km 4, as vezes é duas sacolinha então eu vo lá e já deixo, porque se é pra sair daqui pra levar lá já aumenta muito o custo, não compensa (AGRICULTOR 3).

Sobre a cooperação entre os agricultores 100% afirmar não encontrar dificuldades, apesar de ambos afirmarem trabalhar de forma individual. Em relação aos financiamentos para produção ou para efetuar melhorias na propriedade 100% dos agricultores alegam encontrar dificuldades. A demanda encontrada no município para o PNAE não exige grandes avanços da propriedade, desta forma não viabilizando algum investimento, e por tratar de pequenas produções não existe linha de crédito para este meio, conforme Agricultor 3 “[...] - Hoje em relação ao PNAE não viabiliza. Ahh hoje vou fazer um investimento para manter a

produção pro PNAE só. Por que a quantidade que é fornecida aqui em Laurentino tu consegue a céu aberto tranquilo, por que é pouca quantidade”.

Gráfico 1 - Dificuldades Encontradas na Execução do PNAE na Perspectiva dos Agricultores



Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas, 2016.

No que se refere à capacitação metade dos agricultores afirmam encontrar dificuldades para este quesito. Estes alegam deparar com dificuldade principalmente na capacitação para aperfeiçoamento do processo de produção. Aos que não exibiram dificuldades para este item afirmam serem bem atendidos e possuírem significativa assistência pelos funcionários da Epagri.

Para a abordagem em relação aos preços praticados pelo programa 25% dos agricultores afirmam encontrar dificuldades, principalmente por se tratar de um mercado com variações constantes de preço, conforme relata o Agricultor 2:

[..] - Tem hora que dá, assim, tem hora que quase empata também. Que é a cada seis meses que eles mudam o preço né. Sabe como que é o produto nestes seis meses muda, ou aumenta muito ou abaixa, então quando abaixa é bom pra nois e quando sobe é ruim pra nois. Teve um ano ai que eu quase empatei no tomate, tava entregue pelo preço... tava pagando pra vender. Mas é a cada seis meses, dai as vezes no outro tu tira, depende isso ai.

Quando questionados quanto às dificuldades sobre o processo de compra e venda do programa todos os agricultores alegam não encontrar nenhuma barreira significativa quanto a isso. Além disso, os agricultores comentam que o método de contrato, das Chamadas Públicas e a garantia da compra antecipada é um ponto positivo e que os mantem no programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar vem ganhando significativo espaço no meio político e social, principalmente depois da década de 90, esta ao qual foi primordial para o seu desenvolvimento. Nos dias atuais esta categoria vem apresentando forte presença no mercado e evidenciando expressiva competitividade, sendo assim, afastando a imagem de produtores de baixa renda, caipiras, colono entre outras, que os menosprezavam e intitulavam como seres inferiores aos demais. A região do Alto vale do Itajaí é caracterizada no setor agrícola pela agricultura de base familiar, neste contexto o município de Laurentino, recorte geográfico da presente pesquisa, expressa o desenvolvimento fomentado pela inclusão de políticas públicas voltadas para esta categoria.

A implantação de políticas públicas para o setor agrícola, principalmente as específicas para agricultura familiar, promovem uma importante funcionalidade social e econômica. São diversos os fatores que proporcionam à incerteza das produções agrícolas, desta forma a busca por esta forma de auxílio tem representado um forte crescimento dos empreendimentos rurais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar passou por significativas alterações ao longo de seu processo de implantação e adaptação, principalmente no que diz respeito as suas finalidades sobre segurança alimentar e incentivo à agricultura familiar.

Para o desenvolvimento da parte prática desta pesquisa foram entrevistadas quatro famílias agricultoras e três funcionários do setor público que ao longo dos seis anos de execução do PNAE no município de Laurentino apresentaram participação na distribuição de gêneros alimentícios a merenda escolar. Estas propriedades são caracterizadas pelas diretrizes empostas em lei como familiar e também uma das exigências constituídas pelo programa. Das propriedades, três atuam no ramo de hortaliças e uma na fruticultura com o pomar de pêssego.

A presente pesquisa teve por objetivo analisar as contribuições e o desenvolvimento socioeconômico do Programa no município de Laurentino, considerando a quantidade de produtores rurais e estabelecimentos públicos enquadrados no PNAE, a percepção dos

agricultores envolvidos com o seu desenvolvimento, bem como a geração de recursos a partir de sua implantação. Neste contexto, buscaram-se verificar os valores monetários transferidos ao município pelo FNDE e consequentemente os recursos gastos com a aquisição de gêneros alimentício adquiridos da agricultura familiar, além disso, como esta política transformou a realidade socioeconômica das famílias agricultoras participantes do programa sob suas perspectivas e quais as principais dificuldades enfrentadas em seu processo logístico.

No que se refere aos valores repassados pelo FNDE podemos destacar que o município vem atingindo a porcentagem mínima estabelecida, estes repasses cresceram significativamente ao qual resultou em um total de mais de 145 mil reais injetados na agricultura no município em um período de seis anos. Os impactos socioeconômicos mais percebidos pelos agricultores foi o aumento da renda, a ocupação da mão-de-obra familiar, a realização de reuniões para discussão de oportunidades e ameaças e a fixação do homem no campo. Além disso, os mesmos relataram a importância de ações como esta para o desenvolvimento do meio rural e da agricultura familiar. Foi perceptível na visão dos agricultores e dos agentes públicos a importância deste programa específico não como fator principal para o crescimento destes empreendimentos, mas como um auxílio significativo com demais fatores.

Em relação ao processo logístico podemos ressaltar que a utilização de contratos é um método de forte representatividade aos agricultores, estes apontam como isto é primordial para eles, por terem uma certeza de venda e de sua renda antes mesmo de iniciarem a plantação. Desta forma, a segurança repassada por esta forma de negociação é extremamente relevante para eles, e algo que possa ser pensado para outros segmentos da agricultura familiar.

Verificaram-se também algumas dificuldades enfrentadas pelos agricultores no processo logístico do programa, principalmente no que diz respeito às barreiras encontradas para a contratação de financiamentos para produção ou mesmo para efetuar melhorias na propriedade, na distribuição dos produtos e na capacitação dos agricultores em determinadas especificidades da produção. Este mencionaram de forma significativa as dificuldades encontradas para a obtenção de financiamento para este setor pelo fato do programa não apresentar uma demanda significativa e as produções serem diversificadas, realizar algum tipo de financiamento não tornaria o negócio rentável. O processo de distribuição é outro fator de destaque como barreira, um dos produtores decidiu sair do Programa justamente por esse motivo. Por tratar-se de entregas semanais e de demandas não muito significativas, além da distância entre as entidades, os agricultores necessitam de um elevado espaço de tempo para

saírem de seus afazeres e executar as entregas, no qual para muitos em algumas situações acaba se tornando inviável. No que diz respeito à capacitação, estes se mostram bastante interessados na participação de cursos que os possibilitam realizarem com eficiência o manuseio das culturas, e desenvolver o crescimento do empreendimento rural, porém relatam encontrar obstáculos neste quesito.

Neste contexto, se torna perceptível a significativa importância de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar. As famílias hoje buscam cada vez mais se especializar e empreender em suas propriedades e cabe ao governo estudar as especificidades de cada região do país e criar medidas que desenvolvam as mesmas. Apesar do PNAE se mostrar expressivo na geração de renda das famílias, estas destacaram não gerar novos postos de trabalhos, pois a quantidade demandada pelo Programa não cria tais necessidades. Desta forma, se torna importante analisar este quesito e estudar a possibilidade de ampliação dos gêneros alimentícios adquiridos das famílias agricultoras. O Programa expressa um papel importante para o município, porém a quantidade demanda não expressa um fator importante para o desenvolvimento da agricultura familiar, ele auxilia sim, mas não é um fator primordial, é visto como um “extra”, desta forma seria importante realizar um estudo que ampliasse este quesito, por vez no aumento da porcentagem e na ampliação para escolas estaduais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 2, p.73-78, abr. 1997. Disponível em: http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/agricultura_familiar_uso_do_solo/11 . Acesso em: 22 jun. 2014.

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Fundamentos de Economia Rural**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI. **Laurentino**. Disponível em: <http://www.amavi.org.br/municipios/laurentino/index.html>. Acesso em: 08 ago. 2016.

BRASIL. Constituição (1955). Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. **Institui A Companhia da Merenda Escolar**. Brasília, Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 out. 2016.

BRASIL. Constituição (2009). Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Atendimento da Alimentação Escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola**. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece As Diretrizes Para A Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília. Disponível em: <http://www.soleis.com.br/L11326.htm> . Acesso: 01 de março de 2015.

CONTERATO, Marcelo Antonio; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A dinâmica Agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no alto Uruguai / RS: suas metamorfoses e reações locais**. 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/405.pdf> . Acesso em: 16 ago. 2014.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (Org.). **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. 2. ed. Brasília: Ascom/mda, 2016.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Agricultura Familiar Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2016. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>. Acesso em: 14 out. 2016.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Histórico: O Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2016. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em: 14 out. 2016.

GUILHOTO, Joaquim and Ichihara, Silvio Massaru and Silveira, Fernando Gaiger and Azzoni, Carlos Roberto. **Family Agriculture: Contributing to the Brazilian National Wealth (Agricultura Familiar: Contribuindo Para a Riqueza Nacional)** (June 10, 2011). Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1862353> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1862353>. Acesso: 20 out. 2016.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420950&search=santacatarina|laurentino>. Acesso: 17 maio 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades**. 2016. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420950&search=santa-catarina|laurentino>. Acesso em: 20 out. 2016.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p.159-176, dez. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469/4991>. Acesso em: 24 abr. 2016.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf**: Análise de Indicadores. Brasília: NEAD Estudos, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/md000007.pdf> . Acesso: 01 de março de 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Org.). **Versão Preliminar do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território do Alto Vale do Rio Itajaí**. 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio011.pdf. Acesso em: 20 out. 2014.

MÜLLER, Ana Luiza. **A Construção Das Políticas Públicas Para A Agricultura Familiar No Brasil: O Caso Do Programa De Aquisição De Alimentos**. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, Luan Lustosa Nicolau de. **RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**. 2013. 37 f. TCC (Graduação) - Curso de Gestão do Agronegócio, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. **Um Resgate Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**. 2011. 135 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Saúde, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www2.unifesp.br/centros/cedess/mestrado/teses/tese_135_resgate_historico_pnae_albaneide_peixinho.pdf. Acesso em: 29 out. 2016.

Prefeitura Municipal de Laurentino. **Município**. Disponível em: <http://www.laurentino.sc.gov.br/municipio/index/codMapaItem/19884>. Acesso em: 20 out. 2016.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: Elementos Teóricos e um Estudo de Caso**. 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/386.pdf> . Acesso em: 16 ago. 2014.

SILVA, Valquíria da. **O subsídio e a política agrícola no Brasil**. Pré-univesp, São Paulo, v. 2012, n. 26, p.1-2, nov. 2012. Disponível em: <http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/4153/o-subs-dio-e-a-pol-tica-agr-cola-no-brasil.html> . Acesso em: 25 maio 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma Revisão da Literatura**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 24 abr. 2016.

TINOCO, S.T.J. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica**. 2008. Artigo em Hypertexto. Disponível em: http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm. Acesso em: 26 maio 2016.